



## Plenário pode votar projeto que destina mais verbas ao SUS

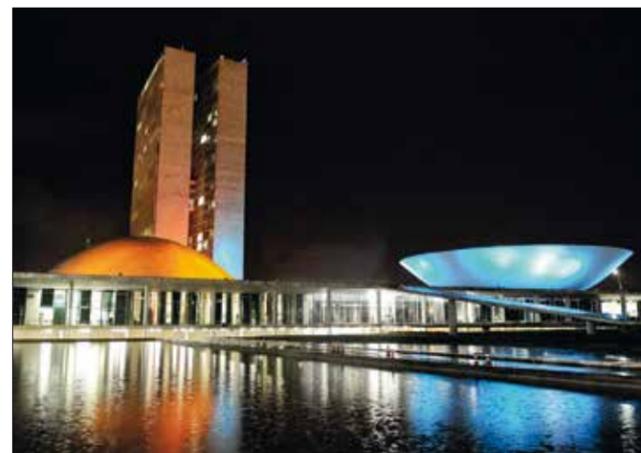
Texto em análise prevê que impostos sobre remédios e tabaco serão destinados à saúde pública. Primeiro item da pauta institui o voto distrital misto para vereador e deputado

**E**stá na pauta de hoje do Plenário projeto que destina o dinheiro arrecadado com impostos sobre medicamentos e derivados de tabaco ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). Os recursos cobrirão os gastos com ações e serviços públicos de saúde, segundo a proposta de Otto Alencar.

O projeto de Eunício Oliveira que institui o voto distrital misto abre a pauta e tramita em regime de urgência.

Outra proposta que pode ser votada permite a prorrogação por até 120 dias dos prazos de vigência das bolsas de estudo ou pesquisa nos casos de maternidade ou de adoção.

Também consta da pauta de votações do Plenário o projeto que fixa o limite de 12% para a alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação utilizado em voos nacionais. A alíquota hoje varia de 12% a 25%. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Cúpula do Senado ganha luz laranja para alertar sobre violência de gênero

## Senado participa de campanha mundial de proteção à mulher

A cúpula do Senado está iluminada de laranja desde ontem, em apoio à campanha internacional 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher (que, no Brasil, são 21).

A campanha foi aberta no Senado com o debate Homens Parceiros, Sentimentos Verdadeiros, organizado pela Procuradoria da Mulher e pelo Fórum de Mulheres do Mercosul. **3**



**O** presidente do Senado, Eunício Oliveira (3º à esq.), participa da posse do delegado Fernando Segóvia no comando da Polícia Federal. A cerimônia foi realizada ontem, no Ministério da Justiça. Segóvia disse que o combate à corrupção continuará sendo prioridade. Também participaram da solenidade o presidente Michel Temer, o ministro da Justiça, Torquato Jardim, e o ministro do STF Dias Toffoli.

## Racismo está arraigado no Brasil, aponta debate

No Dia da Consciência Negra, celebrado ontem, as lutas por melhores condições de trabalho e pelo combate ao racismo foram destaques em audiência na Subcomissão do

Estatuto do Trabalho. Para os debatedores, a discriminação está arraigada no país. No Plenário, senadores citaram a educação como a principal saída contra o racismo. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Regina Sousa (E) e Paulo Paim participam do debate sobre racismo e melhores condições de trabalho para negros no país

## Audiência defende forró como patrimônio imaterial

Parlamentares, gestores públicos e artistas defenderam ontem, em audiência pública em João Pessoa, o reconhecimento das matrizes do forró como patrimônio cultural imaterial do Brasil. O evento foi promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Um dos desdobramentos do debate foi a mobilização para aumentar os recursos destinados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), disse Fátima Bezerra. O processo para registro do forró como patrimônio imaterial tramita no instituto desde 2011. **3**



Em João Pessoa, Fátima Bezerra fala sobre registro do forró como patrimônio cultural imaterial e anuncia novas audiências



Fernando Frazão/Agência Brasil

Iracema Alves com foto do filho Davi, desaparecido na Bahia em 2013

## Projetos visam facilitar busca por pessoas desaparecidas

A busca por pessoas desaparecidas no Brasil é dificultada pela falta de integração entre as instituições, dizem especialistas. Um projeto em análise no

Senado cria uma política nacional de enfrentamento ao problema. Outra proposta determina a divulgação na TV de informações sobre desaparecidos. **4**

# Entidades sindicais fazem defesa do serviço público

Participantes de debate na Comissão de Direitos Humanos consideraram medidas do governo Temer, como congelamento de gastos e ampliação da contribuição previdenciária de servidores, nocivas ao país

O SERVIÇO PÚBLICO foi apontado por entidades sindicais como essencial para a sociedade brasileira, principalmente para os mais pobres, durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Os debatedores criticaram medidas do governo de Michel Temer.

O diretor de Formação Sindical da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Francelino das Chagas Junior, criticou o congelamento de gastos públicos por 20 anos, estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2017. Ele condenou o perdão a grandes devedores previdenciários e a renúncia fiscal promovida pelo governo em momento de crise.

O coordenador de Finanças da Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal (Fenajufe), Gerardo Lima Filho, afirmou que medidas como revisão de acordos, retirada de direitos e promoção de planos de demissão ajudam a desmanchar o serviço público. Assim, argumentou, há “uma ruptura constitucional”, pois a Constituição traz a meta



Paulo Paim, entre os sindicalistas Marcelo Azevedo e Williamis Vieira

de “um Estado de bem-estar social” para o país.

## Medida provisória

Os debatedores foram unânimes em criticar a MP 805/2017, que amplia de 11% para 14% a contribuição previdenciária de servidores federais e adia aumentos de salário de 2018 para 2019. Em alguns casos, a MP cancelou aumentos previstos.

O presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Floriano de Sá Neto, lamentou o fato de o governo “atacar os servidores públicos, pois é como um patrão atacar seus próprios funcionários”. Ele disse que a população

vai sofrer com o desmanche do serviço público. De acordo com o coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (Fasubra), Gibran Jordão, a MP abre um precedente perigoso, que é a possibilidade de o governo não cumprir os acordos assumidos com o servidor.

Paulo Paim (PT-RS), que dirigiu o debate, pediu mobilização contra a reforma previdenciária. A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), cobrou ânimo dos servidores. — O pacote é de maldades mesmo, mas se a gente não reagir, vão vir mais — alertou.

## Elmano lembra 100 anos de batalhão do Exército no Piauí

O centenário da fundação do 25º Batalhão de Caçadores, unidade militar sediada em Teresina, foi comemorado por Elmano Férrer (PMDB-PI).

O senador destacou o importante trabalho dessa instituição para o Brasil.

— Parabéns, pois, aos bravos homens que fazem parte da história centenária do 25º Batalhão de Caçadores. Em nome de todo o povo piauiense, quero agradecer por seus relevantes serviços prestados à nação e ao nosso estado.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Medeiros sugere que universidade assumira hospital em Mato Grosso

José Medeiros (Pode-MT) ressaltou a importância dos hospitais universitários para a melhoria do SUS. Ele sugeriu que as universidades federais, que administram esses hospitais, possam assumir o controle de outras instituições, como o Hospital Regional de Rondonópolis (MT), cujo contrato de administração por uma organização social está se encerrando.

— A Secretaria de Saúde de Mato Grosso deveria abraçar a ideia de transformar o hospital regional em universitário.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Desigualdade é o maior problema do país, afirma Dário Berger

O maior problema que o Brasil enfrenta é a desigualdade social, disse Dário Berger (PMDB-SC). Ele destacou que mais da metade da população está desempregada, subempregada ou vive com até um salário mínimo.

Para o senador, o que diferencia a situação dos brasileiros é a oportunidade que cada um tem para estudar, trabalhar e se desenvolver.

— Ou continuamos investindo na execução definitiva das reformas, ou vamos ver agravadas as desigualdades.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Cidinho destaca eventos sobre a infraestrutura de MT

Cidinho Santos (PR-MT) disse ontem que haverá dois eventos importantes em Mato Grosso nesta semana. Hoje, o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, discutirá em Sinop a concessão de trechos da BR-163. Na quinta-feira, em Nova Mutum, o presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, e o diretor-geral da ANTT, Jorge Bastos, discutirão o modelo ferroviário.

Para o senador, a intenção é fazer com que a ferrovia de Rondonópolis chegue a Nova Mutum ou Lucas do Rio Verde, cidades de Mato Grosso, elevando a produção de grãos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Lindbergh: influência estrangeira afeta decisões sobre pré-sal

Uma possível influência de autoridades britânicas sobre o governo brasileiro para conseguir leis mais vantajosas para a exploração de petróleo foi apontada por Lindbergh Farias (PT-RJ). Segundo o senador, empresas petrolíferas britânicas teriam sido beneficiadas com isenção de impostos, fim da política de conteúdo local e obtenção de licenças ambientais para exploração em águas brasileiras.

Lindbergh cobrou investigação sobre os leilões do pré-sal e esclarecimentos pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Morte do reitor da UFSC**  
9h Audiência interativa para debater circunstâncias da morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Carlos Cancellier de Olivo.
- CI Riscos hidrológicos**  
9h30 Audiência interativa sobre os riscos hidrológicos para os próximos anos.
- CAE Variação cambial**  
10h Entre 14 itens, o PLS 314/2017, que acaba com transferências de resultados de variação cambial entre o Banco Central e o Tesouro.
- CCJ Política de segurança pública**  
10h Audiência interativa para avaliar os resultados da Política Nacional de Segurança Pública.
- CPMI DA JBS Delações premiadas**  
10h Audiência interativa sobre os impactos da delação premiada.
- CRA Inscrição no CAR**  
11h O PLS 733/2015, que prevê inscrição individual de lote no Cadastro Ambiental Rural, é um dos 7 itens.
- CE Avaliação do Pronatec**  
11h30 Apresentação do relatório sobre o Pronatec. Depois, um dos 14 itens é o PLS 737/2015, que faculta organização da educação escolar indígena.
- CMA Faixas não edificáveis**  
11h30 Entre os 13 itens da pauta, o PLS 66/2014, que flexibiliza limite de faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias.
- CDH Polícia penal**  
13h Audiência sobre a polícia penal.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos**  
14h Depoimentos do presidente do Santander Cultural, Marcos Madureira, e do ex-presidente Sergio Rial.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Abre a pauta de votações o PLS 345/2017, que institui o voto distrital misto nas eleições proporcionais.
- CCT Concessão e renovação de rádios**  
14:30 Pauta com 82 itens, sendo 80 projetos de concessão ou renovação de serviços de radiodifusão.
- CMO Receita orçamentária**  
14h30 Pauta com 6 itens, entre eles o relatório que reestima a receita orçamentária de 2018.
- MP 797/2017 Saques do PIS-Pasep**  
14h30 Apresentação do relatório da MP que libera saques do PIS-Pasep
- MP 800/2017 Duplicação de rodovias**  
14h30 Análise do plano de trabalho da comissão.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Imposto sobre remédios pode ir para a saúde

Plenário deve analisar projeto que destina arrecadação com tabaco e medicamentos ao SUS. Pauta também tem voto distrital misto e prorrogação de bolsa de estudos para mães

O DINHEIRO ARRECADADO com impostos sobre medicamentos e derivados de tabaco poderá ser destinado ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), de acordo com proposta de Otto Alencar (PSD-BA). Segundo o projeto (PLS 147/2015), que está na pauta de hoje do Plenário, os recursos cobrirão os gastos com ações e serviços públicos de saúde.

O projeto vincula ao FNS a arrecadação de quatro impostos: de Importação (II), de Exportação (IE), sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre a Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ).

O primeiro item da pauta do Plenário é o projeto de Eunício Oliveira (PMDB-CE) que institui o voto distrital misto (PLS 345/2017). A proposta tramita em

regime de urgência e em conjunto com outros dois projetos (PLSs 384/2013 e 86/2017). O texto institui o sistema para as eleições de vereadores e deputados.

Os senadores também podem votar o projeto que permite a prorrogação, nos casos de maternidade ou de adoção, dos prazos de vigência das bolsas de estudo ou pesquisa concedidas

por agências de fomento que tenham duração mínima de 12 meses. O PLC 62/2017 tem relatório favorável de Marta Suplicy (PMDB-SP). A validade poderá ser estendida por até 120 dias.

Também consta da pauta o PRS 55/2015, que fixa o limite de 12% para a alíquota de ICMS sobre o combustível de aviação utilizado em voos nacionais.

## Racismo profundo é denunciado em audiência de subcomissão

No Dia da Consciência Negra, celebrado ontem, as lutas por melhores condições de trabalho e pelo combate ao racismo foram destaques na Subcomissão do Estatuto do Trabalho.

A reunião foi conduzida pelo vice-presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), que criticou o jornalista William Waack por comentários racistas que acabaram vazando nas redes sociais. Em vídeo gravado enquanto se preparava para uma entrevista em Washington (EUA), o jornalista se referiu a um motorista que buzina perto como “coisa de preto”.

— Não tem como um colegiado ligado à Comissão de Direitos Humanos (CDH) não se manifestar sobre isso. Infelizmente no Brasil realmente é coisa de preto ter sido escravizado durante quase

400 anos, ganhar metade do que recebem outros pela realização do mesmo trabalho e ter sido deliberadamente negligenciado pelas políticas públicas por décadas após a Abolição — criticou o senador.

Fazendo uma alusão ao seu trabalho no Senado, Paim também disse que “é orgulhosamente coisa de preto” a política de valorização do salário mínimo, os Estatutos da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), do Idoso (Lei 10.741/2003) e da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), além das lutas contra as reformas da Previdência e trabalhista.

### Precarização

Waack também foi criticado pela perita do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura, Deise Benedito. Ela lembrou que a maior parte da

força de trabalho precarizada no país também “é coisa de preto”, vítima de um racismo institucionalizado.

— Quem está hoje trabalhando como terceirizado na indústria, na mineração e na construção civil é coisa de preto. Todos os prédios erguidos no país são coisa de preto, Brasília é coisa de preto, assim como boa parte de nossa cultura também é — afirmou.

### Políticas públicas

O secretário nacional de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo, acredita que somente com a efetivação de políticas públicas antirracistas o preconceito será de fato combatido no país. Ele e os demais participantes defenderam a manutenção das políticas de cotas para negros nas universidades e



Para Regina Sousa, o racismo é arraigado em setores da elite brasileira

no serviço público. No que se refere ao Estatuto do Trabalho, defendem que também determine cotas para negros nas empresas privadas.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), também disse lamentar o teor dos comentários feitos por Waack, mas acredita que ele faz parte de

um contexto mais amplo, de um racismo “profundamente arraigado” em setores da elite brasileira. Ela lembrou que recentemente o próprio governo federal buscou flexibilizar o conceito de trabalho escravo no país, por meio de uma portaria que acabou sendo derrubada pelo Supremo.

### Paim lamenta índice maior de assassinatos de negros no país

Paulo Paim (PT-RS) saudou o Dia da Consciência Negra e lamentou que, após quase quatro séculos de escravidão, ainda hoje a população afrodescendente tenha um risco 23% maior de ser assassinada.

— Estudos do programa das Nações Unidas para o Pnud demonstram que o nível de qualidade [de vida] da população negra está ainda décadas atrasada em relação àqueles que não são negros.

### Acir Gurgacz destaca luta contra o preconceito e por oportunidades iguais

Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que o Dia Nacional da Consciência Negra é importante para a reflexão sobre a participação dos negros na formação da identidade brasileira.

— Saúdo e cumprimento todos que, dia após dia, lutam pelo fim dos preconceitos contra a população negra, pela reparação histórica e por oportunidades iguais para todos.



Waldemir Borner/Agência Senado

### Para Regina Sousa, Estado brasileiro é omissivo diante do racismo

O racismo também se evidencia na violência, disse Regina Sousa (PT-PI) ontem no Plenário. Ela afirmou que as mortes por assassinato da juventude negra estão ligadas à ação e à omissão do Estado.

— Quantos jovens ainda vão morrer por causa da cor da pele? Quantas pessoas vão ser agredidas? Ter seus terreiros destruídos por causa da sua opção religiosa de matriz africana? Qual é a saída? Educar as crianças.

### Randolfe: população negra é a mais afetada pelo desemprego

Ao lembrar que no Amapá há 60 mil desempregados, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou que 60% são negros.

De acordo com o senador, em consequência da política econômica do governo de Michel Temer, tem crescido o número de negros desempregados, uma vez que eles são os primeiros a perder trabalho.



Waldemir Borner/Agência Senado

### Cristovam: desigualdade só diminuirá com educação para todos

Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que é necessário lembrar a dívida que o Brasil tem com os africanos que vieram para o país e foram submetidos a tratamentos precários por cerca de 350 anos. Para o senador, o problema da desigualdade só será resolvido com investimentos na educação.

— A desigualdade será diminuída no Brasil quando a educação for distribuída igualmente.

## Forró pode se tornar patrimônio imaterial brasileiro

Participantes de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) defenderam ontem a ideia de transformar o forró em patrimônio cultural imaterial brasileiro. Realizado em João Pessoa, o evento aproveitou o 1º Encontro Nacional de Forrozeiros, que vai até amanhã, e teve participação de parlamentares, gestores e artistas.

Segundo a presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN), esse foi apenas o primeiro passo.

— Vamos fazer também uma

jornada de audiências no primeiro semestre de 2018. Vamos debater em cada estado nordestino, como uma forma de fortalecer a mobilização social em torno da nossa luta.

Outro desdobramento concreto da reunião em João Pessoa, disse a senadora, foi a proposta de obter mais verbas para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Fátima explicou que vai buscar o apoio de parlamentares para destinar recursos do Orçamento da União para o instituto, que analisa o reconhecimento do forró

como patrimônio imaterial.

— Que essas emendas sejam destinadas ao Iphan, para que o Iphan tenha condições de dar prosseguimento ao processo que já está tramitando desde 2011 e pede o reconhecimento do forró como patrimônio imaterial de nosso país.

Outro ritmo nordestino, o frevo, recebeu o reconhecimento do Iphan em 2007, após um ano de análise do órgão. O frevo ganhou ainda o título de Patrimônio Imaterial da Humanidade, concedido pela Unesco em 2012.

## Debate sobre gênero abre campanha pelo fim da violência contra mulher

O debate Homens Parceiros, Sentimentos Verdadeiros: pelo fim da violência contra as mulheres abriu ontem no Senado a comemoração mundial dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

Mais de 160 países já aderiram à campanha. No Brasil, são 21 dias. A campanha começa em 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

— O machismo e o racismo estão incorporados na educação da gente. Quem milita ainda se policia diante de suas

manifestações. Quem não milita deixa escapar — disse Regina Sousa (PT-PI).

A jornalista Ramíla Moura destacou a importância da atuação da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, do Observatório da Mulher contra a Violência, do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado e também o Programa Pró-Equidade.

O debate foi organizado pela Procuradoria da Mulher e pela seção brasileira do Fórum de Mulheres do Mercosul.

# Burocracia atrapalha busca de desaparecidos

Apesar de possuírem um cadastro nacional de desaparecidos, os órgãos responsáveis têm dificuldade para compartilhar informações. Pais e responsáveis sofrem com falta de apoio

Débora Brito

O DESAPARECIMENTO DE pessoas é um problema grave, que atinge milhares de famílias no Brasil. O sumiço repentino afeta o círculo social dos desaparecidos e seus parentes, deixando muitas perguntas sem respostas.

Segundo Marianne Pecosou, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, esse pesar é agravado pela burocracia a que se submetem nos órgãos de busca e de assistência social. Ela afirma que as famílias têm necessidades específicas, que vão desde o apoio econômico, psicológico e psicossocial até a elaboração de roteiros para buscar os desaparecidos.

— Enquanto essas necessidades não forem satisfeitas, as famílias muito dificilmente conseguirão reconstruir suas vidas — declarou Marianne.

Uma pesquisa encomendada pela Cruz Vermelha para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que o número de notificações de desaparecidos em 2016 foi de 71,8 mil. Em dez anos, de acordo com os registros policiais, foram mais de 693 mil pessoas desaparecidas. No entanto, esses números estão desatualizados, já que o levantamento de 2016 não contabilizou dados de cinco estados, porque eles não passaram esses registros.

Os dados são preocupantes, segundo Marianne, porque são apenas indicativos e não contemplam a real situação.

— É muito difícil ter números exatos, até porque eles não indicam quantas pessoas reaparecem — ponderou.

Os dados do Fórum de Segurança Pública refletem parcialmente o problema. Segundo os especialistas, um dos motivos é o fato de que os familiares não sabem claramente a quem procurar para relatar os desaparecimentos.

## Causas

As causas do desaparecimento de pessoas são muitas: fuga do lar em função de conflitos familiares, transtornos mentais, depressão, violência, alcoolismo, uso de drogas. É o que diz o chefe da Seção de Localização de Pessoas Desaparecidas da Polícia Civil do Distrito Federal, Reinaldo Miranda.

— As causas são muitas, mas no Distrito Federal o número de adolescentes que fogem devido a conflitos em casa é muito alto.

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), quanto mais tempo a pessoa permanece desaparecida, mais vulnerável se torna, correndo risco de exploração ou de abusos. E isso se agrava quando se trata de crianças ou adolescentes.

A Lei 11.259/2005 determina a investigação policial imediata em casos de desaparecimento em qualquer idade. Essa inovação tornou mais célere a busca. Anteriormente, o comum era esperar entre 24 e 48 horas após o desaparecimento para que se iniciassem as buscas. Esse procedimento se mostrou ineficaz porque ficou comprovado que, quanto maior o tempo que a pessoa fica desaparecida, maior é a dificuldade para encontrá-la.

No caso de menores, existe



Programa SOS Crianças Desaparecidas faz ato público para divulgar imagens de crianças e adolescentes desaparecidos

uma norma expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que diz que, após a notificação, deverá ser emitido um alerta a portos, aeroportos, polícia rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, com todos os dados necessários à identificação do desaparecido. Caso a polícia se recuse a registrar o boletim de ocorrência, o Ministério Público deve ser comunicado, e a violação ao direito também pode ser informada ao Disque Direitos Humanos (telefone 100).

## Experiência

Drama assim viveu a moradora do Distrito Federal Vanuza Cruz da Silva. Ela relata que não recebeu atendimento adequado ao tentar registrar na delegacia o sumiço do irmão de 13 anos. Segundo Vanuza, o policial de plantão informou que não havia nada a ser feito e que a solução seria aguardar.

— Eu me sentia impotente diante de toda essa situação e só pensava em quem poderia me ajudar. A dor do desaparecimento é enorme — contou. O fato ocorreu em julho. Vanuza relatou que o jovem foi encontrado em um shopping da cidade, após ela fazer buscas por conta própria durante três semanas.

A assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Estela Argolo, lembra que a exata compreensão dos papéis e responsabilidades de todas as partes envolvidas ajuda a guiar os pais e a sociedade nos casos

de desaparecimento.

Em 2009, o governo federal criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, com a proposta de montar um banco de dados seguro, capaz de auxiliar na difusão de informações e no esclarecimento dos casos. Em 2013, o cadastro passou por uma reformulação, mas a nova versão ainda não conseguiu se consolidar.

Marianne Pecosou lembrou que um dos maiores problemas é a falta de articulação entre as instituições. Cada uma tem sua própria ferramenta e isso traz dificuldades para o sucesso na busca desses indivíduos desaparecidos.

— O Brasil é gigante, com vários estados, e cada um tem a sua própria legislação e a sua maneira de tratar os problemas. Então, se faz necessário um grande esforço de articulação e coordenação entre todos esses atores — explicou.

## Novo cadastro

A Câmara dos Deputados aprovou a criação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, com previsão de ações articuladas e a reformulação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Agora esse projeto (PLC 144/2017) está em análise na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado.

O cadastro contará com três bancos de dados: para informações públicas, de livre acesso por meio da internet; para informações sigilosas acrescentadas de detalhes sobre o



Cristovam Buarque, autor de projeto que divulga desaparecidos na mídia

trâmite das ocorrências e dos inquéritos, além de contatos dos familiares ou responsáveis; e para informações sigilosas, destinado aos órgãos de segurança pública.

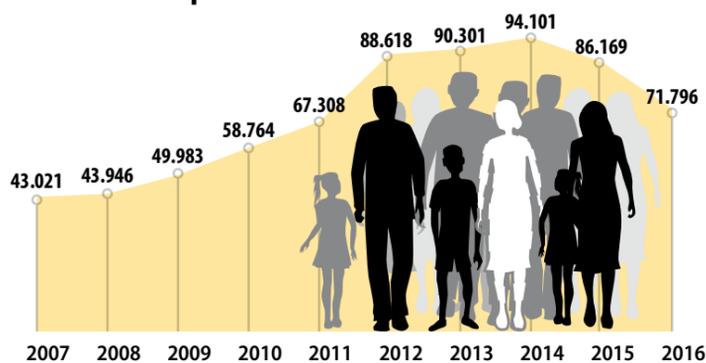
Outro projeto em análise na CDH é o PLS 44/2016, de Cristovam Buarque (PPS-DF), que determina a divulgação na TV das informações do Cadastro Nacional de Desaparecidos. O texto propõe a inserção de fotos de desaparecidos, diariamente, nos intervalos da programação das emissoras entre 18h e 22h.

— Quando aparecem em programas de televisão reportagens sobre crianças desaparecidas e é colocado o retrato delas, logo começam a ser mostrados reencontros dessas famílias — diz o senador.

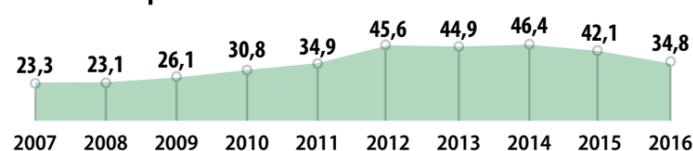
O policial Reinaldo Miranda concorda. Segundo ele, todos os episódios de difícil solução que tiveram o apoio da mídia foram solucionados.

O PLS 302/2014, do ex-senador Jayme Campos, torna obrigatória a coleta das impressões digitais em todos os casos de mortes violentas ou suspeitas. O objetivo é reduzir o índice de pessoas enterradas como indigentes.

## Registros de pessoas desaparecidas no Brasil por ano



## Número para cada 100 mil habitantes



Fontes: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, Secretarias Estaduais de Justiça e/ou Cidadania, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cruz Vermelha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

## Saiba mais

**Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos**  
www.desaparecidos.gov.br

**Programa Cidadania, da TV Senado**  
bit.ly/CidadaniaDesaparecidos

**PLC 144/2017**  
bit.ly/PLC144de2017

**PLS 44/2016**  
bit.ly/PLS44de2016

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)